

28-02-2018



A lei diz que a secretária-geral do Sistema de Segurança Interna, Helena Fazenda, coordena o Ponto Único de Contacto, mas na prática não está a funcionar assim

Portugal ainda não cumpre regras de cooperação policial

Europa. Autoridades nacionais criticadas por não terem centralizado, num ponto único, a cooperação internacional, prevista para 2016

VALENTINA MARCELINO

O primeiro-ministro anunciou-o como "objetivo estratégico" para 2016, mas até agora o designado Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI) ainda não funciona de acordo com as regras determinadas pela União Europeia (UE): centralizar todos os gabinetes de troca de informação com o estrangeiro — como a Europol, Interpol, Sirene, Cooperação Policial e Aduaneira — num "balcão único". Portugal já tinha sido alvo de censura por parte da avaliação Schengen, que fiscaliza o funcionamento destas estruturas para a segurança da livre circulação na UE, em 2014.

O PUC é um "centro operacional" que assegura "a receção, o encaminhamento e a difusão nacional de informação proveniente das

autoridades policiais estrangeiras, a transmissão de informação e a satisfação dos pedidos por estas formulados", define a legislação.

Apesar de a lei que o regulamentou em agosto de 2017, já oito meses depois da meta definida por António Costa, indicar que o PUC-CPI está "na dependência e sob coordenação" do secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI), o gabinete Sirene (que regista todas as movimentações no espaço Schengen de pessoas, veículos e armas roubados) ainda não foi integrado no PUC e os gabinetes da Europol e Interpol continuam na dependência apenas da Polícia Judiciária (PJ), cuja lei orgânica que atribui essa competência não chegou a ser alterada.

Para baralhar ainda mais, as instalações do "balcão único" são na sede da PJ, na Gomes Freire, enquanto a secretária-geral do SSI,

onde está ainda o Sirene, está na Rua Defensores de Chaves, ambas em Lisboa.

O Sirene (Supplementary Information Request at the National Entry) é a base de dados onde as autoridades vão buscar a informação complementar sempre que um estrangeiro controlado tem algum alerta no Sistema de Informações Schengen (SIS). Desde crianças des-

O eurodeputado Carlos Coelho critica que o gabinete Sirene não esteja nas mesmas instalações do Ponto Único de Contacto

saparecidas a suspeitos terroristas sinalizados, ou interdições de entrar na UE, todos esses dados estão nesta central. Cada Estado tem um único gabinete Sirene, que funciona 24 horas por dia.

O DN questionou o gabinete de Helena Fazenda, que dirige o SSI, sobre a situação e medidas previstas para a solucionar, mas a procuradora-geral adjunta remeteu a resposta para o primeiro-ministro, cujo gabinete não respondeu a tempo do fecho desta edição.

O eurodeputado Carlos Coelho, que preside ao grupo de trabalho sobre o controlo de Schengen, da Comissão das Liberdades Cívicas da Justiça e dos Assuntos Internos, do Parlamento Europeu, considera um "erro operacional" que o gabinete Sirene esteja fora do PUC-CPI. "O Sirene é um caso exemplar de sucesso da boa colaboração entre as várias autoridades nacionais (SEF, PJ, GNR e PSP) que o integram e partilham a sua coordenação à vez. Foi com muita pena que constatámos, numa visita no ano passado, que não só não tinha sido transferido para o PUC, como ainda lhe tinham sido retirados recursos humanos", assinala.

A margem de uma audição de avaliação sobre Schengen, que decorreu na semana passada em Bruxelas (*ver texto ao lado*), Carlos Coelho lamentou que também na mais recente visita dos inspetores da UE, em 2017, tenha sido de novo "registado que o PUC ainda não estava totalmente operacional." No diploma que o cria está tudo bem previsto, mas na prática não se passa como foi definido", sustenta.